

# A DIALÉTICA ENTRE O IDEAL E O MATERIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPLEXO CATEGORIAL DA POLÍTICA NA OBRA TARDIA DE LUKÁCS

## *Dialectic between the ideal and material: consideration of the categorical complex policy in the later work of Lukács*

FORTES, Ronaldo Vielmi<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo segue em direção a explicitar os principais pontos de interesse acerca da posição política madura do filósofo húngaro György Lukács. A importância de estudos nessa direção está em confrontar equívocos provocados, na maior parte dos casos, pela ausência de interesse e investigação das posições tomadas pelo autor. Para alcançar a densidade teórica da categoria política lukacsiana, foram realizadas a leitura e a análise imanente de sua obra *Para uma ontologia do ser social*, em especial dando ênfase aos capítulos que tratam da ideologia, da alienação e do estranhamento. O artigo se mostra como ponto de partida para elaborações mais profundas que se fazem necessárias. Aqui, nos ocupamos em demarcar as diretrizes que conduzem a humanidade em seu desenvolvimento histórico/social a promover a política como mediadora dos conflitos coletivos, envolvendo as possibilidades postas pela realidade concreta. Ao mesmo tempo, demonstra a centralidade da ação e escolhas humanas pelo conjunto de pores teleológicos nos processos políticos que orientam a organização da vida social. Ou seja, a partir da óptica lukacsiana, concentramo-nos em elucidar a potencialidade e os limites da política como categoria mediadora da vida social.

**Palavras-chave:** Ontologia; Teleologia; Política.

### ABSTRACT

The article goes towards to clarify the main points of interest on the mature political position of the Hungarian philosopher György Lukács. The importance of studies in this direction is to confront misconceptions caused, in most cases, lack of interest and research of the positions taken by the author. To achieve the theoretical density in the category of the lukacsian policy, activities including reading and the immanent analysis of his work to an ontology of social being have been made, especially emphasizing the chapters dealing ideology, alienation and estrangement. The article shows as a starting point for deeper elaborations that are necessary. Here we are concerned with demarcating the guidelines that lead humanity in its historical / social development to promote policy as a mediator of collective disputes, involving the possibilities offered by reality. At the same time, demonstrates the centrality of action and human choices by the set of teleological pores in policy processes that guide the organization of social life. That is, from the optical Lukacsian, we focus on elucidating the potential and limits of politics as mediator category of social life.

**Keywords:** Ontology; Teleology; Policy.

<sup>1</sup> Doutor e Mestre em Filosofia pela UFMG, com Pós-Doutorado pela Universidade de Buenos Aires e Graduação em Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura. Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <rvielmi@yahoo.com.br>.

Pouco se escreveu sobre as elaborações de György Lukács acerca da política em suas obras tardias. Os raros escritos que tratam do tema são tópicos e por vezes não fazem jus aos fundamentos estabelecidos pelo pensador magiar. A escassez de estudos mais aprofundados é provavelmente a maior responsável por atribuições imprecisas e conclusões apressadas, responsáveis por afirmar – sem nenhuma demonstração probante – a inexistência de reflexões mais depuradas no interior do pensamento tardio lukacsiano suficientes para estabelecer as bases demonstrativas que deem conta da esfera da política. Grande parte dessas acusações, a nosso ver infundadas, baseia-se no fato de ser impossível observar em Lukács o tratamento direto e mesmo extenso de questões centrais do pensamento político, como por exemplo, a inexistência em seu pensamento de uma teoria do Estado. A ausência de tais elementos em suas reflexões induz à afirmação, por parte de alguns comentadores, da irrelevância ou insuficiência no tratamento dos temas a ela relacionados, uma vez que não encontramos em sua obra considerações sistematizadas sobre o tema.

Contra tais conjecturas, pretendemos demonstrar neste artigo como a leitura atenta da última grande obra lukacsiana – *Para uma ontologia do ser social* – permite extrair determinações precisas, cruciais para demarcar a natureza precipitada – e, às vezes, até mesmo mal-intencionada – das considerações sobre o desdobramento da temática no pensamento tardio do filósofo húngaro. O modo pelo qual o autor estrutura a sua obra confere a falsa impressão de que ao tema são dedicadas pouco mais de quarenta páginas. No entanto, por mais que as referências diretas ao tema estejam concentradas em um momento específico de suas elaborações em torno do tema da ideologia, a riqueza de determinações e o complexo de problemas em torno da política transcendem em muito as fronteiras das determinações estabelecidas nessas páginas. Grande parte das considerações desenvolvidas sobretudo nos capítulos finais de sua obra – *O ideal e a ideologia* e *O Estranhamento* – são atravessadas por determinações condizentes ao problema da política. Tal procedimento parece indicar que a forma peculiar pela qual a questão da política é tratada não corresponde a uma insuficiência em suas considerações, mas condiz com a maneira específica pela qual Lukács determina a política no interior do quadro da totalidade do ser social. A elucidação da forma peculiar pela qual o problema é tratado constitui o objeto deste artigo.

O primeiro ponto a destacar é a incongruência do tratamento dado por Lukács ao tema quando comparado com as tendências dominantes da atualidade. A justa crítica feita pelo pensamento político ao economicismo que caracterizou sobremaneira o marxismo vulgar (em particular em sua vertente stalinista) foi substituída pela ênfase demasiada na política, conduzindo toda a discussão para o extremo oposto, assumindo as feições de um voluntarismo político. Considerando os rumos assumidos pela filosofia política desde meados do século XX até nossos dias, verifica-se uma autonomização da esfera política em face das demais dimensões da prática social humana. A política é compreendida como atributo central do próprio homem, assumindo a primazia no processo de determinação de seu ser e da dinâmica societária em sua totalidade.

Diante do edifício categorial do pensamento marxiano, compartilhado de maneira evidente por Lukács, tal forma de consideração não pode deixar de suscitar sérios questionamentos. Tal ênfase no viés político

dissocia, ao separar o social do econômico, o agente ativo e sensível (o social) da própria atividade sensível (o econômico), o sujeito de seu próprio predicado, e só os religa pela mediação, tornada decisiva da atividade extrassensível (a política). Em Marx as determinações vão do complexo unitário e fundante do socioeconômico, ou seja, da interatividade multilateral e contraditória da sociedade civil, para a arena política [...]. É uma desvinculação ontológica da atividade sensível dos homens, reenfatizando a atividade suprassensível, ou seja, há uma desobjetivação que proporciona uma reenfatização teórica da subjetividade e de um suposto caráter arbitrário ou aleatório da lógica dos processos reais [...] (CHASIN, 2000, p.14).

Contra essa perspectiva, na obra lukacsiana, a herança de Marx transparece com grande nitidez em suas postulações, pois

reconhece e sustenta a unidade indissolúvel da esfera socioeconômica, ou seja, a efetividade da produção material como atividade vital dos indivíduos sociais, ou seja, a inseparável interatividade dos produtores, a determinação recíproca entre homem, atividade e sociabilidade; o agente, sua capacidade ou predicado e o exercício real deste são formas e modos da atualização social (CHASIN, 2000, p.14).

O resgate dessas determinações do pensamento marxiano não significa de modo algum a aceitação das teses do marxismo vulgar em torno do tema. A *Ontologia* de Lukács refuta de igual maneira o modo problemático com que a política foi compreendida no edifício conceitual do marxismo do século XX, destacando a necessidade de construir o *termo médio* entre dois “falsos extremos”, qual seja, o do politicismo e do economicismo. O conjunto das determinações lukacsianas em torno do problema

representa uma ruptura com as duas correntes principais do marxismo vulgar, tanto com aquela que se atém a uma rigorosa determinidade do econômico ao estilo de Laplace, vislumbrando na ideologia uma superfície meramente aparente, em última análise, sem influência, do acontecimento real rigorosamente necessário, quanto com aquela oposição a essa concepção que proclama uma autonomia plena das ideologias, especialmente das superiores (filosofia, arte, ética, religião, etc.) em relação aos fundamentos econômicos do acontecimento histórico (LUKÁCS, 2013, p.490).

É visível a preocupação em Lukács de expor de maneira clara a interação de determinação de reflexão efetiva existente entre os fatores objetivos e os fatores subjetivos no interior de toda atividade da política. A perda do primeiro encarna a relevância exagerada do segundo, expondo como ordem prioritária da atividade social humana o campo da política, porém essa tomada não em suas dimensões sociais reais, mas de maneira apartada da interatividade concreta com o campo da economia. Em contrapartida a ênfase exagerada nos aspectos ideológicos confere o efeito oposto, gerando uma perigosa negligência da determinação dos fatores objetivos no curso da história.

A superação dessa ambivalência constitui uma das centrais tarefas de sua obra ontológica. Para tanto, é preciso determinar a posição da política no quadro da atividade ideal dos homens; nesse sentido, a compreensão da dimensão prática da politicidade passa a pressupor a determinação dos traços ontológicos essenciais do ser social. Tal como Lukács constata a necessidade de tratar o problema da ética acerca das reflexões fundamentais da ontologia – nenhuma ética sem uma

ontologia<sup>2</sup> –, também a compreensão da práxis política pressupõe a ontologia do ser social. Conforme ressalta Nicolas Tertulian, em sua obra Lukács

propõe restituir à política, ao direito, à moralidade, à ética o lugar que lhes corresponde na topografia da sociedade, demonstrando que a densidade e a complexidade do tecido social excluem toda codificação a partir de normas abstratas (TERTULIAN, 2007, p.39).

A determinação da política formulada por Lukács se encontra fundada sobre um largo conjunto de considerações sobre a ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais permitem compreender os vínculos efetivos existentes entre a dimensão ideal da sociabilidade humana (nesse caso, a política enquanto ideologia) com a esfera material da reprodução da vida. A política não tem, portanto, o peso e a unilateralidade da autonomia categorial como aquele presente nas filosofias atuais. Para o filósofo húngaro, a consideração do processo genético da atividade sensível humana evita tomar os comportamentos ideológicos como atividades “puramente espirituais”, como a essência das práticas sociais, reduzindo “a luta real dos homens reais por sua existência” à condição de “desprezível submundo da existência” (LUKÁCS, 2013, p.501). O peso real, efetivo, da politicidade (assim como da ideologia em geral) somente pode ser determinado a partir da análise dos “complexos de problemas” mais importantes do ser social, na devida interação desses complexos no interior da dinâmica processual da sociedade. Somente por meio de tais determinações recíprocas se torna compreensível o lugar da política no interior do quadro geral da espiritualidade humana.

O desenvolvimento do tema da politicidade na obra tardia de Lukács impõe, desse modo, a compreensão daquilo que o autor descreve como a caracterização mais geral de toda atividade humana, ou seja, o pôr teleológico. Nesse sentido, a política é uma das tantas formas do pôr teleológico. A diferenciação entre os atos teleológicos orientados diretamente à natureza (característicos do trabalho) e os atos teleológicos cujos fins objetivam influenciar outros indivíduos a assumir determinados ideais e comportamentos serve como “ponto de partida para situar a gênese da atividade ideológica” (TERTULIAN, 2008, p.118) na qual a política, como veremos, se inclui. Entre a política enquanto pôr teleológico e o trabalho, determinado por Lukács como a forma originária do pôr teleológico, existem traços comuns. A compreensão da forma superior da prática social impõe, em um primeiro momento, a compreensão da forma originária para a determinação da estruturação mais geral de toda prática social; em um segundo momento, a consideração das diferenças revela a natureza específica da práxis política diante das demais. Nos termos do autor:

o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. É claro, como veremos mais

<sup>2</sup> “Keine Ethik ohne Ontologie” (LUKÁCS, 1994, p.110). O *Esboço para uma ética* onde se encontram reunidos um conjunto de anotações esparsas escritas na primeira metade da década de 1960, constitui um dos documentos mais significativos da trajetória lukacsiana anterior a seus escritos sobre a ontologia do ser social. Ele contém anotações escritas no exato momento em que Lukács está concluindo sua *estética* e rascunha elementos para seus estudos subsequentes, a *ética*. Como é do conhecimento de muitos, o que estava previsto para ser uma simples introdução preparatória à ética, adensa em volume de páginas e temas correlacionados, ganhando a feição de um problema autônomo e, em grande medida, prioritário em relação ao tratamento da ética. O projeto da ética paulatinamente foi posto de lado e deu lugar às suas elaborações acerca da ontologia do ser social.

adiante, que não se deve exagerar de maneira esquemática esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; precisamente a consideração das diferenças bastante importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros póres socioteleológicos, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária (LUKÁCS, 2013, p.47).

A análise categorial do complexo trabalho demonstra como o processo de transformação da natureza empreendido pelo homem é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que o homem impõe à natureza movimentos que ela por si só não realizaria, ele se submete ao mesmo tempo às suas leis e suas necessidades. Do lado natureza temos a presença da causalidade enquanto princípio necessário e insuprimível, do lado do homem se encontram a vontade e a capacidade humana de apreender idealmente a malha causal da natureza para depois realizar sua transformação em conformidade a suas carências e finalidades. A atividade prática humana aparece assim como unidade entre a finalidade, a prévia ideação dos meios e a correta atuação sobre os nexos causais do elemento natural, ou, nos termos lukacsianos, implica a superação da heterogeneidade entre teleologia e causalidade. Na verdade tais categorias nada mais são do que componentes de um único e mesmo processo, momentos específicos articulados em seu interior sob a forma da determinação de reflexão.

O pôr teleológico não é, nesse sentido, “mera aspiração ou simples desejo”. Pelo contrário, consiste no êxito adequado, na produção efetiva de uma objetividade. O termo “pôr” tem o sentido da efetiva realização de um *telos* e não de simples intenção ou da mera projeção de uma finalidade. Não pode existir teleologia sem uma causalidade que a realize. O efetivo entendimento da ação da teleologia implica de modo necessário a inter-relação indissociável com a categoria causalidade. Sob esse aspecto, somente se pode falar de existência real e concreta da teleologia enquanto “teleologia posta”, como realização concreta da finalidade previamente estabelecida. O resultado do trabalho se configura como a síntese entre o movimento causal da natureza e o direcionamento teleologicamente estabelecido pela atividade do homem. O objeto produzido é a expressão da superação da heterogeneidade entre teleologia e causalidade.

A novidade ontológica desse processo de diferenciação está sobretudo no fato de que o “destacamento do homem do seu ambiente” cria as condições necessárias para que na consciência surja a reprodução ideal – espelhamento – daquelas propriedades dos objetos diretamente vinculadas à atividade laborativa. Trata-se da capacidade de abstração humana, da apropriação ideal ou “possessão espiritual” dos atributos e das propriedades pertencentes aos entes. A descoberta de “novas combinações” passíveis de serem realizadas é um ato do sujeito que se apropria idealmente da malha causal que governa os objetos; é o indivíduo quem elabora e descobre novas articulações possíveis nos atributos do elemento natural, produzindo, desse modo, formas de objetividade completamente distintas daquelas existentes na natureza. A análise do momento ideal constitui nessa medida o ponto central da tematização lukacsiana acerca do pôr teleológico, pois, nesta atividade ideal, podem ser encontrados os elementos essenciais que estabelecem os princípios diferenciadores que delimitam a peculiaridade ontológica do ser social. Obviamente

a ênfase na preponderância do momento ideal não exclui a determinação da inseparabilidade desse momento com o momento material. O trabalho é entendido como a unidade entre o momento material (a atividade produtiva propriamente dita) e o momento ideal (prévia ideação, ou atividades preparatórias ideais) – e apenas nessa medida constitui o fundamento da produção de objetividades radicalmente distintas daquelas presentes na natureza.

Nas formas superiores da prática, temos o predomínio de pores teleológicos fundamentalmente distintos. Esses pores não se encontram mais diretamente voltados para a atividade cujo objeto primordial é o elemento da natureza, mas tem como finalidade primeira levar outros homens a desempenhar funções específicas, a assumir ideias e comportamentos previamente ideados. A diferença entre as duas formas do pôr diz respeito ao objeto sobre o qual a ação é exercida. Os pores teleológicos próprios da atividade laborativa – primários – atuam de forma imediata sobre um objeto ou elemento natural, enquanto o outro tipo – pores teleológicos secundários – tem como finalidade a consciência de outros homens, ou seja, visam levar outros homens a assumir e acatar em sua consciência certas finalidades e determinadas ações com vistas à realização:

Desse modo,

Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção de valores de uso. Também nesse caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelos pores teleológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento. No entanto, o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos (LUKÁCS, 2013, p.83).

Verifica-se, nas formas superiores, a autonomização e a ampliação das categorias e dinâmicas intrínsecas ao complexo originário. Essas passam a se realizar através de um processo de “crescente diferenciação” e distanciamento com a estrutura originária. Esse distanciamento não implica entretanto a negação ou a separação radical da base originária – aqui entendida como a relação inexorável entre homem e natureza. Na perspectiva lukacsiana, é necessário compreender que a “crescente diferenciação” ocorre sempre sobre essa base, transformando as formas com que são estabelecidas essas relações, tornando-as mais complexas e mais socialmente mediadas. Há nesse sentido uma descontinuidade na continuidade, na medida em que as formas mais complexas no pôr da práxis política contêm traços essenciais do complexo originário, contudo, apresentam diante destes outros traços peculiares distintivos. Em termos mais sucintos, pode-se falar de uma igualdade e de uma diversidade entre os dois grandes grupos de pores teleológicos:

A igualdade baseia-se em que, tanto no metabolismo com a natureza como na influência dos pores teleológicos de outras pessoas, o pôr só pode se tornar efetivo quando põe em marcha pessoas, forças etc. reais como seu objeto intencional. Correspondendo à diferença entre os dois tipos de pores teleológicos, o coeficiente de incerteza, como sabemos, não só é bem maior no segundo grupo, como também de uma grandeza que reverte para o plano qualitativo. Essa diferença, contudo, não

anula o fundamento ontológico comum recém-determinado: a necessidade de incidir no ser. Todavia, isso é válido só dentro de certos limites, inclusive no metabolismo com a natureza: por um lado, um pôr jamais poderá ser efetuado com o conhecimento pleno e adequado de todos os momentos do seu surgimento; por outro lado, essa exigência se restringe sempre ao fim imediato do trabalho. Ora, essa restrição torna ainda mais evidente o caráter qualitativo da diferença. Não só o perímetro do não conhecido é incomparavelmente maior no caso de decisões políticas, mas a peculiaridade qualitativa da diferença se expressa também no fato de que, no metabolismo com a natureza, as legalidades fundamentais do objeto apenas podem ser conhecidas, enquanto o desenvolvimento social, justamente em virtude dessa exigência, é capaz de produzir a partir de si mesmo novas formas, novas legalidades (LUKÁCS, 2013, p.509-510).

Se no âmbito do trabalho os nexos causais aparecem de forma mais direta e imediata, na medida em que estão em jogo as leis da natureza, no campo da política a “matéria” sobre a qual incide as ações dos homens é mais fluida e inconstante. A objetividade nesse plano da atividade humana corresponde a formas sociais de interação entre os homens, formas essas que guardam uma relação, ainda que em última instância, com a dimensão econômica da sociabilidade. Nesse sentido, a política aparece como a prevalência dos pôres teleológicos secundários cuja primazia, em última instância, volta-se para o complexo social da reprodução, ou seja, para a esfera econômica. Nesse preciso sentido da interação do campo da idealidade com a esfera da reprodução material da sociedade, o que não se pode em momento algum perder de vista é a determinação da “necessidade de incidir no ser”. O pôr teleológico da práxis política apresenta de igual modo finalidades que devem necessariamente atuar sobre a realidade social, por meio da compreensão da malha causal postas em jogo nos processos sociais.

Guardadas as devidas diferenças, a mesma relação geral entre o momento ideal e o material<sup>3</sup> se mantém nessa dimensão mais complexa da prática, mas sofre uma elevação no grau de complexidade, apresentando modificações importantes com a forma originária. No capítulo *O Ideal e a Ideologia*, Lukács apresenta o divisor de águas do duplo âmbito das investigações em torno do complexo ideal: a preocupação central é destacar as diferenças entre o momento ideal enquanto componente indissociável do complexo trabalho e a forma da sua realização naquelas instâncias da atividade social que se põem para além da esfera material. Essas questões funcionam no interior de seu raciocínio como elementos de transição de um patamar de reflexão para outro, ou seja, são os elementos de passagem que levam da elucidação do ideal no processo da gênese do ser social até a determinação dos desdobramentos do momento ideal nas formações superiores da prática social.

Essa parte da obra é decisiva para nossa análise, pois nela estão expostas determinações concernentes aos processos de formação das “concepções de mundo”, das formas ideais fundamentais na decisão dos rumos e das diretrizes do desenvolvimento do ser social. Os homens, com o objetivo de operacionalizar a própria existência, precisam responder a problemas postos em sua vida prática cotidiana. As formações ideais têm neste âmbito papel relevante no direcionamento da dinâmica social. Compreender a

<sup>3</sup> Importante observar a mudança no uso de categorias operadas de um modo não consciente – assim nos parece – por Lukács no decurso de suas elaborações. Nos primeiros capítulos a duplicidade é sempre apresentada pela relação dialética entre momento material e momento ideal [*des Materiellen und des Ideellen*], já nos capítulos III e IV, em diversos momentos Lukács já não fala mais de momento material, mas de momento real, para ser mais preciso de uma “*Dialektik des Ideellen und Reellen*” (LUKÁCS, 1986, p.11, 300).

maneira pela qual elas se formam e a maneira como agem no seio dos desdobramentos sociais é imprescindível não apenas para determinar o modo como elas direcionam os rumos da dinâmica social, mas também para entender a forma como elas interferem no próprio processo de conhecimento da realidade.

Não se pode, entretanto, incorrer no equívoco de pressupor o ideal como uma dimensão extrínseca à economia, identificando de maneira direta as relações econômicas como o momento material. As próprias relações da economia carregam em seu interior a dimensão do momento ideal, na medida em que são elas também processos em cuja base está o pôr teleológico.

Na esfera da economia se encontra presente as duas formas do pôr teleológico, tanto aqueles que visam diretamente à ação sobre a natureza quanto aqueles que visam à consciência de outros indivíduos. Na economia não existe um automovimento das coisas, mas atos da práxis humana que movem as próprias coisas. As considerações de Marx são retomadas como forma de demonstrar que o movimento da economia “sempre pressupõe atos econômicos dos compradores ou então dos vendedores” (LUKÁCS, 2013, p.359). Por mais que as tendências dessa esfera possam vir a se constituir como formas de objetividade que atuam independentemente das consciências dos indivíduos, elas são fruto dos conjuntos das ações desses indivíduos. Para Lukács, as tendências mais gerais da economia são resultantes da “indissolúvel concomitância operativa entre o homem singular e as circunstâncias sociais em que atua” (LUKÁCS, 1986, p.I, 618), em suma, são a síntese dos inúmeros pores teleológicos singulares efetivados no processo histórico de desenvolvimento da humanidade. Ressalte-se aqui “singulares”, pois o processo não possui *telos*, um fim último para o qual caminha arrastando consigo as individualidades. O processo dinâmico da economia é fruto dos pores teleológicos singulares assumidos pelos indivíduos que determinam, por suas decisões práticas imediatas, a diretriz do processo, sendo simultaneamente determinados pela totalidade do complexo do ser social desse modo constituída. A legalidade nas práticas superiores da sociedade nasce dos próprios atos singulares dos indivíduos; esses, ao decidirem entre alternativas postas em suas práticas singulares, põem em movimento outras determinações sociais gerais que transcendem a imediatidade de suas decisões, produzindo “outras alternativas de estrutura análoga e fazem surgir séries causais cuja legalidade termina por ir além das intenções contidas nas alternativas” (LUKÁCS, 1986, p.I, 618).

O momento ideal compõe de maneira necessária a própria esfera da economia, porém não se restringe apenas a essa dimensão. Nos desdobramentos da processualidade social, o ideal perfaz uma complexidade sempre crescente, assumindo dimensões mais fluidas e relativamente autônomas, muito embora em última instância, mas somente em última instância jamais perca o vínculo com essa base. O complexo da ideologia é expressão cabal dessa especificidade do ideal, como figura mais sutil, mais mediada, do momento ideal na dinâmica da sociabilidade.

A ideologia é determinada como formações ideais diversas por meio das quais os homens organizam suas ações e reações ao mundo como forma de conscientizar e equacionar a resolução dos conflitos de sua práxis social. Aparece desse modo definida como uma função social, e não como uma teoria do falso socialmente necessário

que age como dominação no âmbito da sociabilidade – como de costume se pensa a ideologia. Rompe-se assim com a ideia da ideologia como conteúdo estanque, assim como se refuta a ideia da ideologia como atributo específico de elementos fixos da prática social. A ideologia constitui um momento ideal da ação prática dos homens; qualquer reação ou resposta – sejam elas produzidas pela ciência, filosofia, religião, tradição, etc. –, construídas pelos indivíduos como forma de atuar sobre os problemas postos pelas situações histórico-sociais, pode se tornar ideologia, quando fornece elementos e condições para conscientizar, enfrentar e operacionalizar conflitos surgidos na prática social. O que determina se dado conjunto de ideias é ou não ideologia é a sua função social e não o seu caráter de falsidade, pois

a mais pura das verdades objetivas pode ser manejada como meio para dirimir conflitos sociais, ou seja, como ideologia, já que ser ideologia de modo algum constitui uma propriedade social fixa das formações espirituais, sendo, muito antes, por sua essência ontológica, uma função social e não um tipo de ser (LUKÁCS, 2013, p.564).

Por vias de consequência:

Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos (LUKÁCS, 2013, p.467).

Não são necessárias muitas palavras para demonstrar como de modo evidente a política se circunscreve como momento específico no interior dessa atividade ideal, determinada em termos gerais como ideologia. A incursão da política como forma específica da ideologia, e não como uma dimensão paralela a esta, tem inspiração no próprio Marx:

A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências (MARX, 1971, p.9-10).

A política se caracteriza como “a incidência direta sobre a imediatidade da vida social” (TERTULIAN, 2008, p.118). A complexidade da práxis política, enquanto momento ideal diretamente vinculado à necessidade de responder a questões e problemas concretos do *hic et nunc* social, transparece de maneira evidente na riqueza e no emaranhado de múltiplas determinações provenientes dos mais diversos âmbitos, somente passíveis de serem elucidados com a análise marxiana da dialética entre essência e fenômeno. Isso porque, diferentemente daquilo que se apresenta no metabolismo homem/natureza, na dimensão da esfera ideológica (na qual a política se encontra inserida),

essa constelação ontológica de cunho geral experimenta, no âmbito do ser social, uma intensificação qualitativa perante as formas mais simples do ser. Isso tem por base, em primeiro lugar, como já é do nosso conhecimento, a gênese e a determinidade de

todos os seus momentos por meio de pores teleológicos, que como desencadeadores de cadeias causais reais unem em si a essência operante real e o fenômeno que surge realmente numa interação de tipo diferente do que costuma se dar em complexos que surgiram de modo meramente causal. Em segundo lugar, eles fazem surgir forçosamente formas objetivadas, alienadas e desencadeiam, em suas sequências ulteriores, outras objetivações e alienações mais. Surge daí uma ligação totalmente nova em comparação com os tipos de ser mais simples entre os dois complexos elementares-fundamentais do ser social: entre a totalidade real de cada sociedade e a totalidade igualmente real dos homens singulares que a constituem (LUKÁCS, 2013, p.491).

Há dois aspectos decisivos nessas considerações. Quanto ao primeiro já discutido acima, convém apenas reforçar: a essência existente na esfera economia é obra dos homens, porém a totalidade constituída pela síntese dos pores teleológicos singulares aparece diante aparece como um conjunto de forças e diretrizes independentes das finalidades conscientes dos indivíduos. O segundo aspecto complementa a dinâmica complexa da totalidade social aqui em causa, ao destacar que sobre essa base é erguida outro denso conjunto de objetivações e de momentos que se circunscrevem em um plano ideal pertinente à ação dos homens singulares, membros ativos dessa sociedade. Os conflitos e as tensões de dados períodos históricos se manifestam de maneira imediata no plano da vida cotidiana. Tais conflitos e tensões são interiorizados pelos indivíduos sob a forma de questionamentos que os interpelam de modo imediato exigindo deles respostas e decisões para as suas devidas resoluções. Configuram-se dessa maneira duas dimensões, ou melhor, dois polos no interior dessa totalidade: a totalidade real da sociedade com as tendências e forças que atuam independentemente da consciência dos homens e a totalidade dos homens que, mediante a elaboração ideal, procuram agir de forma a orientar o curso de suas próprias vidas (na qual se encontra inserida prioritariamente a esfera da reprodução material da existência).

A base conflitiva da interação entre a essência e o fenômeno decorre do fato de não poder haver um vínculo direto e imediato entre um plano e outro. As respostas operadas pelos indivíduos no âmbito de sua prática social respondem àquele conjunto de conflitos e tensões manifestos no plano mais imediato da vida cotidiana. No entanto, atuar sobre a esfera fenomênica da vida não significa que tais ações culminem em meros epifenômenos ou simples consequências passivas da instância mais decisiva. No plano ontológico, essência e fenômeno constituem um complexo unitário; desse modo, atuar sobre a dimensão fenomênica pode conduzir a mudanças na própria essência. A independência da esfera essencial, das forças e tendências nela presentes não deve ser entendida como uma determinação unilateral e necessária, como algo que conduz de maneira cega e inviolável todos os atos dos homens no interior da sociabilidade. Nesse sentido, “os pores determinados [...] pelo desenvolvimento da essência não são simples mediações com o auxílio das quais aquilo que necessariamente deve acontecer acaba acontecendo em conformidade com a necessidade”. Pelo contrário, eles influenciam direta ou indiretamente “na decisão da essência, ao ajudarem a determinar o como do mundo fenomênico, sem a corporificação real do qual a essência jamais poderia alcançar a sua realidade plena, existente para si” (LUKÁCS, 2013, p.494).

Por isso,

de modo algum podemos considerar o mundo dos fenômenos como produto simples, passivos, do desdobramento da essência, mas que, muito antes, essa inter-relação de essência e fenômeno constitui um dos fundamentos reais mais importantes da desigualdade, da contradição no desenvolvimento social. Porém, seria uma simplificação extremamente equivocada se, reconhecendo essa contradição, fôssemos simplesmente identificar essência com economia, fenômeno com superestrutura. Pelo contrário. A linha divisória entre essência e fenômeno atravessa pelo meio da esfera puramente econômica. Esse fato pode ser facilmente autenticado mediante um fenômeno econômico fundamental, já do nosso conhecimento (LUKÁCS, 2013, p.491-492).

Isso significa que não se pode estabelecer uma relação direta e simplificadora na qual se identifique a essência com a base econômica e a manifestação fenomênica com a superestrutura ideológica. A divisão entre essência e fenômeno atravessa do início ao fim a própria esfera da economia. No âmbito da economia, para ilustrar a possibilidade do desenvolvimento desigual, adverte Lukács (2013, II, p.492), “basta pensar na grande disparidade do desenvolvimento agrário e da agricultura capitalistas na Inglaterra e na França”. Em termos mais diretos, essas diferenças expressam formações distintas no interior de tendência que levam ambos os Estados a assumirem em suas bases a forma característica da economia capitalista.

A esfera da economia é resultado dos pores teleológicos, age e se dinamiza por meio dos pores teleológicos, porém toda essa articulação interna de seus processos cria uma condição bastante peculiar:

Se recordarmos os aspectos da similaridade ontológica de base e superestrutura, demonstrados no início deste capítulo, ou seja, que ambas estão baseadas em pores teleológicos e em suas cadeias causais, já não soará tão chocante se dissermos que, na realidade social, os limites entre essência e fenômeno muitas vezes se tornam fluidos, que as diferenças realmente existentes só podem ser constatadas com alguma precisão *a posteriori*, com o auxílio de análises conceituais, científicas (LUKÁCS, 2013, p.492).

Em torno disso, Lukács chega a uma conclusão de suma importância:

Caso se queira apreender o processo global em sua totalidade, fica claro que o movimento da essência independente do querer humano de fato constitui a base de todo ser social, mas, nesse contexto, “base” significa simultaneamente: possibilidade objetiva. Com essa constatação Marx demonstrou que toda ideia de utopia é irreal. Mas ele mostrou simultaneamente que – por isso mesmo – os próprios homens fazem a sua história, que o desenvolvimento da essência, independente dos seus pensamentos e da sua vontade, não é uma necessidade fatal, que determina tudo de antemão, que simplesmente sucederia com eles. Entretanto, essa necessidade resulta num ininterrupto novo surgimento de constelações que resultam no único campo de ação real para a práxis humana, que é o que existe em cada caso concreto. O círculo dos conteúdos que os homens podem pôr como fins nessa práxis real é determinado – enquanto círculo desse tipo – pela necessidade de desenvolvimento da essência, mas realmente enquanto círculo, enquanto campo de ação para os pores teleológicos reais nele possíveis, não como determinação geral, inevitável, de todo conteúdo da ação. Dentro desse campo de ação, cada pôr teleológico sempre surge só na forma alternativa possível exclusivamente para ele, o que já exclui a predeterminação, o que faz com que a necessidade da essência forçosamente assuma para a práxis dos homens singulares a forma de possibilidade (LUKÁCS, 2013, p.494).

A necessidade presente nas tendências postas pela esfera da economia está

em estreita relação com o campo de possibilidades gerado pela essência, e é precisamente nessa dimensão que as decisões dos homens incidem sobre a essência, determinando-a. A esfera da economia concede e prescreve o campo de possíveis realizações à dinâmica social, delimita as fronteiras do território das atuações humanas. A dimensão política, por sua vez, em sua relativa autonomia, atua por meios próprios em questões específicas de seu campo de ação, suportada pela dimensão da produção e reprodução da vida e precisamente nessa medida pode influir sobre as tendências mais essenciais da dinâmica social.

Cai por terra a ideia do determinismo unilateral dos nexos sociais e econômicos sobre as ações dos indivíduos. As concepções de mundo constituídas pelos indivíduos ao longo de sua vida social, assim como suas convicções e decisões, são elementos-chave no andamento do processo. A determinação “homem como um ser que responde” se contrapõe à ideia do indivíduo como alguém que simplesmente reage a condicionamentos provenientes de fora. Dentro do campo de possibilidades concretamente existente, é sempre o indivíduo quem decide entre as alternativas que ele é capaz de perceber e de criar em sua prática social. Mesmo nas práticas econômicas os elementos da subjetividade não são meros conteúdos adjacentes, simples componentes de segunda ordem no interior dos processos. Os vários projetos e necessidades a serem executados na atividade econômica são, antes do início de qualquer processo, submetidos à avaliação do pôr, no qual quem decide pela execução ou não execução do projeto são sempre os indivíduos aí atuantes; desse modo, eles operam decisivamente nos rumos do próprio processo econômico.

Lukács conclui de forma arrebatadora:

O desenvolvimento da essência determina, portanto, os traços fundamentais, ontologicamente decisivos, da história da humanidade. Porém, ela só obtém a sua forma ontologicamente concreta em decorrência de tais modificações do mundo fenomênico (tanto da economia como da superestrutura); mas estas só podem concretizar-se como consequências dos pores teleológicos humanos, entre os quais também a ideologia ganha expressão enquanto meio de enfrentar e resolver os respectivos problemas e conflitos (LUKÁCS, 2013, p.495).

Os elementos do momento ideal (política, direito) são alçados ao mesmo patamar de importância que os elementos e condições postas pela objetividade social. A determinação de reflexão, aqui, não tem o caráter de mera menção protocolar, mas é demonstrado o processo de sua gênese e os vínculos inexoráveis entre os dois polos nos desdobramentos históricos da sociabilidade. Assim como no trabalho, também nessa dimensão da atividade humana, os elementos da subjetividade e da objetividade formam um par indissociável. O pôr teleológico da política também pressupõe a realização da finalidade, ou seja, a capacidade de influir de maneira efetiva sobre o curso dos processos objetivos do ser social. Os nexos causais da objetividade social fornecem o campo de possibilidades para as ações e decisões dos indivíduos. Suas respostas não são resultados mecânicos dessa base, mas tomadas de decisões sobre as alternativas concretamente existentes; tais decisões, dentro do campo de possibilidades, podem ser respostas que simplesmente reproduzem ou mantêm os rumos das tendências em vigor ou mesmo respostas inusitadas que põem novos rumos a esses processos.

A práxis política subentende, pois, a unidade contraditória presente na relação entre fenômeno e essência. Lukács assim se pronuncia a respeito:

Do ponto de vista imediato dos pores teleológicos com intenção política, a união indissolúvel e a unidade de essência e fenômeno são tanto seu ponto de partida inescapável como seu fim necessariamente posto. Porém, justamente por causa dessa unidade imediatamente dada de essência e fenômeno, a práxis política é, em sua relação com a essência, que decide quanto à sua efetividade em última análise, mas só em última análise, uma práxis mediada. Por essa razão, essa forma imediata da unidade não anula as contradições existentes. Engels tem razão ao alegar que, nos casos singulares concretos, a política pode muito bem tomar um rumo oposto ao exigido pelo desenvolvimento econômico efetivo naquele momento, observando ainda com razão que, em tais casos, depois de fazer desvios, sofrer prejuízos etc., a realidade econômica acaba se impondo (LUKÁCS, 2013, p.503).

Essa intrincada inter-relação entre essência e fenômeno é elucidada por meio da referência à relação entre a infraestrutura econômica e a superestrutura jurídica:

Em casos de conflitos generalizados, a práxis política muitas vezes volta-se para uma reforma da superestrutura jurídica. Contudo, êxito ou fracasso dependem de se e como uma reformulação do sistema de direito positivamente vigente influencia a própria economia, se e como ela é capaz de, por esse desvio, promover aquele elemento positivo que, na economia, impulsiona para diante. Este é apenas um dos tipos de entrelaçamento entre os mundos da essência e do fenômeno (LUKÁCS, 2013, p.503).

Apresenta-se aqui um dos critérios essenciais da práxis política, o da *eficácia* da decisão entre as alternativas assumidas pelos indivíduos. Tal como no trabalho, a categoria da realização cumpre aqui papel decisivo. Decisões e escolhas entre alternativas que não modificam, de uma forma eficiente, os processos sociais terminam por se reduzir a meras proposições, simples volições incapazes de alcançar a própria realidade.

É claro que as ações políticas não precisam apreender idealmente todo o amplo leque de determinações postos pelas tendências essenciais, sua eficácia consiste em atuar sobre os fenômenos sociais mais imediatos e nessa medida atingir de modo efetivo os rumos da sociedade. Nos termos do autor:

A práxis política de fato está direcionada simultaneamente para a unidade de fenômeno e essência da realidade social como um todo, mas só pode apreender essa realidade em sua imediatidade, o que ao menos comporta em si a possibilidade de que tanto o objeto intencionado como o objeto atingido pelo pôr teleológico permaneça direcionado para o mundo do fenômeno que mais encobre que revela a essência. Por essa razão, o fenômeno total da práxis político não seria esgotado se, durante a análise, a sua efetividade imediata fosse considerada como critério exclusivo, embora esta inquestionavelmente constitua um momento importante e até indispensável da sua totalidade. Com efeito, uma resolução política, a concepção política que está na sua base etc. deixam de ser politicamente relevantes quando lhes falta qualquer efetividade (LUKÁCS, 2013, p.507).

O importante nesse contexto, insistimos, é o fato de essas ideias, independentemente de verdadeiras ou falsas, serem capazes de atingir de maneira correta os meandros da dinâmica social, de atuar de maneira *eficaz* sobre os nexos sociais objetivos. Precisamente por isso, o significado real da ideologia, sua função social,

não reside na correção cientificamente objetiva do seu conteúdo, como espelhamento fidedigno da realidade, mas no modo e na direção do seu impacto sobre as tendências que puseram o desenvolvimento das forças produtivas na ordem do dia (LUKÁCS, 2013, p.505).

Convém enfatizar: a preponderância não recai sobre o critério gnosiológico como fundamento da ideologia. No entanto, e precisamente aqui advém a necessidade da elucidação da determinação decisiva da ideologia, não se deve exagerar tal consideração a ponto de tornar completamente inócuo o critério da correção no campo ideológico, pois, conforme Lukács demonstra logo em seguida, a política deve agir corretamente sobre os nexos causais pondo em movimento elementos decisivos do campo das possíveis efetivações postas pela realidade social. A política enquanto pôr teleológico implica a eficácia da atividade, aspecto que compreende a apreensão efetiva dos nexos objetivos sobre os quais a ação teleológica quer delinear seu curso. Assim como nas formas mais primitivas do trabalho podiam estar presentes ideias mágicas, míticas, coexistindo com representações ideais efetivas sobre os nexos causais da natureza, a política, muito embora não envolva um conhecimento pleno de todas as determinações em curso, deve apreender corretamente aqueles nexos que permitem uma atuação eficiente sobre esses processos.<sup>4</sup> A não apreensão e a incapacidade de pôr em curso a malha objetiva dos processos sociais (incluindo aqui os processos da própria economia) correspondem à falência da atividade e, portanto, correspondem a uma atividade que não atinge a condição de um efetivo pôr teleológico permanecendo uma simples volição. Nas palavras do autor, “tanto no metabolismo com a natureza como na influência dos pores teleológicos de outras pessoas, o pôr só pode se tornar efetivo quando põe em marcha pessoas, forças etc. reais como seu objeto intencional” (LUKÁCS, 2013, p.509).

A ideia de Lenin sobre o “elo mais próximo da corrente” ilustra o elemento da eficácia como critério fundamental da política. Por meio de tal “elo”, Lenin fazia referência àqueles momentos centrais presentes nas tendências postas em curso, cuja ação direta sobre eles geram efeitos decisivos sobre a totalidade dos acontecimentos da ordem social. A ação política de Lenin no decurso da revolução soviética elucida a natureza peculiar do elo mais próximo.

Lenin não tinha nenhuma dúvida de que condições objetivas para uma revolução socialista estavam dadas com a derrocada do czarismo em fevereiro. Ele inclusive sempre proclamou essa sua convicção, mas não teria podido realizá-la nem com a melhor propaganda a favor dessa perspectiva se não tivesse identificado o “elo da corrente” da etapa dada do desenvolvimento no anseio por paz entre todos os trabalhadores e no desejo de ter terra entre os agricultores. As duas palavras de ordem “terra e paz” podiam ser tidas como realizáveis – se consideradas apenas segundo o seu teor puro e simples – também na sociedade burguesa (LUKÁCS, 2013, p.505).

No entanto, Lenin dá outro curso a esses anseios. A atuação de Lenin apresenta a genialidade de pôr em curso e intensificar as contradições e conflitos existentes na própria base da sociedade russa de seu tempo. Não necessariamente as resoluções políticas em torno da queda do czarismo levariam a uma transformação explosiva da sociedade. No entanto, ao pôr em evidência os anseios mais profundos da

<sup>4</sup>A falsidade de todo o ideário nazista não deixou de corresponder aos anseios e às expectativas de grande parte do povo alemão, diante das condições históricas e sociais de seu tempo.

classe dos trabalhadores – pela paz – e dos agricultores – pela terra –, aguçou o antagonismo dessas reivindicações com os interesses da burguesia russa. A inconciliabilidade entre os anseios dos trabalhadores e a proposta reformista dos partidos pequeno-burgueses provocou uma situação explosiva, tornando possível que a Revolução Socialista viesse a ser realizada.

No exemplo de Lenin, Lukács procura demonstrar o âmbito das resoluções conscientes tomadas diante das condições imediatas enfrentadas na dimensão da política, nos quais os nexos mais decisivos da malha causal do contexto sócio-histórico russo foram corretamente apreendidos, elaborados e transformados. Nesse caso em particular, a “finalidade real se afigurava claramente ao político que a realizaria”. No intuito de abarcar o amplo leque das variantes presentes no âmbito da esfera da politicidade, outro exemplo é apresentado. Por meio dele se procura apresentar um caso em que as ações políticas, mesmo de forma não consciente, mesmo sem o pleno conhecimento das tendências essenciais de dado contexto social, respondendo às condições e conflitos imediatos da práxis social também podem pôr em curso as tendências essenciais do contexto histórico. O caso de Otto Bismarck e do longo processo que leva à unificação da Alemanha no século XIX, referido na sequência, demonstra uma situação em que o critério da eficácia “preserva a sua validade também quando uma noção tão adequada da finalidade não está presente” (LUKÁCS, 2013, p.506).

Passando em revista posteriormente os três primeiros quartos do século XIX, o impulso, tanto objetivo como subjetivo, para a criação do Estado da nação alemã parece irresistível. Em outros contextos, até já apontamos para o fato de que os seus fundamentos econômicos há muito já estavam lançados na aliança aduaneira prussiana, sem que alguém (incluindo Bismarck) tivesse compreendido adequadamente essa conexão. O elo da corrente, nessa situação, consistiu de duas guerras: contra a Áustria, visando manter intactas contra a interferência externa as fronteiras da união aduaneira, que eram a base econômica real da unidade alemã, e contra a França, para assegurar a unidade política a partir de dentro e a partir de fora (LUKÁCS, 2013, p.505).

O recurso a fatos da história alemã nesse contexto de sua análise tem a intenção de demonstrar o âmbito das respostas assumidas no decurso de determinada situação histórica relacionando de maneira direta a conflitos oriundos da esfera da reprodução material da sociedade. No caso da Alemanha pré-unificação, as tendências e as possibilidades para a criação de um Estado unificado foram postas pela primeira vez de maneira efetiva pela criação da unidade alfandegária criada em 1830. As pressões internacionais sofridas pelos Estados membros desse acordo levaram à decisão da guerra contra a Áustria, em um primeiro momento e, posteriormente, contra a França. A defesa das fronteiras alfandegárias assegurou a “unidade política a partir de dentro e a partir de fora” e, consentaneamente, criou por meio da guerra as condições tanto objetivas quanto subjetivas para a unidade alemã. Condições objetivas, pois estabelecem as bases econômicas para a integração material da sociedade. As condições são subjetivas na medida em que fomentam nos indivíduos o sentimento do nacionalismo e a identificação em torno de um projeto comum da criação da nação germânica. Ainda que os objetivos não estivessem claramente delineados no plano imediato das decisões tomadas, as respostas às situações circunstanciais daquele período colocaram em movimento

nexos objetivos favoráveis, produzindo o meio profícuo para o desenvolvimento de tendências que levam ao processo de unificação, pondo em curso – ainda que de maneira não consciente – o próximo elo da corrente.

Em ambos os casos, as decisões entre alternativas – o ideal – por meios distintos atuam de maneira efetiva sobre as tendências e possibilidades postas pelo momento objetivo da dinâmica social.

Com tais determinações, como o autor adverte, “foi circunscrito só o primeiro critério, o critério imediato para a práxis ideológico-política, aquele que diz como um conflito real, de causas em última instância econômicas, pode ser enfrentado e resolvido com meios políticos” (LUKÁCS, 2013, p.505). No próprio exemplo de Bismark já se encontra contido outro critério tão decisivo quanto para a práxis política: a duração. A eficácia das ações assumidas dentro de determinados contextos assume um curso de continuidade, perfazendo desdobramentos que perduram em “sequências causais desencadeadas pela decisão política em cada caso concreto”, em que seus reflexos e repercussões aparecem como tendências duradouras na dinâmica social. Vale esclarecer que o critério da duração não se refere a um lapso de tempo abstrato, determinável em termos quantitativos,

mas à questão referente a se os novos momentos causais postos em marcha no pôr teleológico, não importando com que grau de consciência isso seja feito, influem efetivamente nas tendências econômicas decisivas que entraram em crise (LUKÁCS, 2013, p.507).

Em suma,

a duração pode proporcionar um critério para uma decisão política somente na medida em que suas consequências atestarem claramente que ela, não importando com que fundamentação ideológica, foi capaz de incidir em certas tendências reais do desenvolvimento social, se e como as cadeias causais desencadeadas por ela influíram efetivamente nesse desenvolvimento. Está claro que, quanto maior for a divergência que surgir nesse ponto, tanto menor será a durabilidade contida de modo geral na decisão mesma. Sendo assim, a efetividade da ação política só se torna completa na duração. É esta que indica que o êxito atual não só conseguiu produzir um agrupamento momentâneo e fugaz de forças, que parecia suficiente para enfrentar e resolver de modo imediato uma situação de crise, mas também simultaneamente deu um impulso efetivo às forças essenciais que atuavam por trás das decadências agudas (LUKÁCS, 2013, p.507-508).

Rumos específicos assumidos diante de determinadas decisões políticas podem agir de forma a acelerar ou mesmo desviar e retardar o curso das tendências mais gerais, todavia as diretrizes efetivamente operantes dos processos socioeconômicos se impõem na dinâmica concreta da sociabilidade, prevalecem sempre as alternativas postas pelo campo de possibilidades dadas pelo processo histórico-social. Basta pensar, exemplifica o autor, no caso da Revolução Francesa de 1789 que, “com o esfacelamento do feudalismo”, liberou “o caminho para o desdobramento do capitalismo”, agindo de maneira eficaz e sobrepujando as proposições políticas contrapostas da restauração. A duração dessa práxis política corresponde, portanto, à capacidade de pôr em curso tendências já presentes no âmbito da economia, ocasionando desdobramentos que favorecem ainda mais os desempenhos dessas diretrizes no âmbito da sociedade. A ação contrária a essas tendências e o projeto

da restauração culminam em uma derrocada efetiva na medida em que deixam de corresponder ao campo das novas possibilidades de realização, tornando-se anacrônicos em face dos novos ordenamentos, das novas possibilidades postas pelo desdobramento do campo da reprodução material da sociedade.

O exemplo da Revolução Francesa demonstra, portanto, a “unidade preñe de contradições da determinidade social objetiva e da influência marcante das pessoas mobilizadas para a atividade sobre o ser-propriadamente-*assim* da estrutura e dinâmica sociais daí resultantes” (LUKÁCS, 2013, p.508). No entanto, cabe a advertência, não há nesse contexto a afirmação da unilateralidade determinativa dos fatores objetivos, pois “tudo isso não aconteceu simplesmente com as pessoas, mas, a despeito de toda a sua necessidade objetiva, também é fruto de seus próprios atos”. Novamente fundamentando suas teses na realidade histórica, o autor acrescenta: “sem o choque provocado pelas jornadas de junho, supostamente não teria surgido nenhum segundo império na França, mas quem agiu foram justamente as pessoas que vivenciaram esse choque” (LUKÁCS, 2013, p.508).

A demarcação acima é decisiva, pois demonstra a relação importante entre os fatores objetivos e subjetivos ou, para ser mais rigoroso ainda no uso dos termos, a unidade de momentos diferenciados no interior do complexo. As condições objetivas colocam questões às individualidades, e estas, por sua vez, ao buscarem respostas para os problemas e conflitos sociais de seu tempo, ao refletirem ativamente sobre as condições postas por sua realidade social, põem em marcha o curso das situações concretas de sua sociedade. Objetividade e subjetividade aparecem aqui em uma reciprocidade determinativa inexorável.

A dupla direção determinativa é acentuada por Lukács de maneira decisiva:

O caráter humano-social da gênese, do caminho encetado por um movimento, determina também a direção e o conteúdo da práxis posterior. O homem enquanto ser que responde nunca é independente da questão que a história lhe coloca, mas de igual maneira o movimento social que se tornou objetivo jamais pode se tornar independente de sua gênese humano-social, político-moral (LUKÁCS, 2013, p.509).

Não se pode negligenciar o papel do fator subjetivo na ação de dirimir os conflitos sociais. Nesse sentido, as observações lukacsianas apontam para o reconhecimento de que o “campo de ação real em que aparece o fator subjetivo sempre está circunscrito pelo desenvolvimento socioeconômico” (LUKÁCS, 2013, p.518).

A justificação de falar em separado sobre um fator subjetivo se deve meramente – mas esse “meramente” constitui um complexo inteiro e sumamente efetivo – ao fato de toda pergunta só se tornar uma pergunta autêntica mediante a sua formulação que leva a uma resposta e não se restringe a um estado eventualmente difícil de suportar, mas que o conteúdo, a direção, a intensidade etc. da resposta possa adquirir um significado decisivo para o resultado do enfrentamento dos problemas ocasionados pelo desenvolvimento objetivo. Os rumos que o desenvolvimento tomará em decorrência de uma crise dependem – sem, todavia, serem capazes de anular a necessidade essencial do desenvolvimento econômico – amplamente da resposta que tem origem no fator subjetivo (LUKÁCS, 2013, p.518-519).

A política implica sempre a relação da subjetividade diante da objetividade social de determinada época, de dado contexto social, desse modo, como todo pôr

teleológico implica a alternativa, o conhecimento dos nexos postos em causa e subsequentemente a decisão dos indivíduos.

Quando Marx aponta nas páginas de *A ideologia alemã* (MARX, 2007, p.41-42) para a contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e incapacidade de subsistência das formações sociais em face desses desdobramentos da base econômica, enfatiza no contexto de suas considerações o elemento objetivo dos grandes processos de transformação. Mas, em último caso, quem decide ou não pelo ato de transformar radicalmente as bases da estrutura social são sempre os indivíduos. Portanto, ressaltar a necessidade da existência de condições objetivas que viabilizem ações revolucionárias não significa negligenciar o papel dos indivíduos e do papel das classes sociais revolucionárias no interior desses processos. Nesse sentido, todas as grandes transformações ocorridas na história da humanidade não são jamais simples decorrências mecânicas instauradas e postas em curso pelo desenvolvimento das forças produtivas, como efeito por si só destituído das relações de produção e por essa via da formação social em seu conjunto. Essas grandes transformações igualmente “dependem do fator subjetivo historicamente constituído, uma vez que a grande lição histórico-mundial das revoluções é que o ser social não só se modifica, mas reiteradamente é modificado” (LUKÁCS, 2013, p.524).

Os dois lados da processualidade social são ressaltados: por um lado, os processos objetivos implicam movimentos tendenciais postos preponderantemente pela esfera da economia – nesse sentido, ele se modifica; por outro lado, a ação dos indivíduos e das classes sociais, nas diretrizes desse processo, apresenta papel ativo, sendo capaz de conduzir os rumos do processo nas mesmas linhas dominantes de dados momentos ou até mesmo de modificá-los, conferindo a esses processos o caráter de uma inflexão – nesse sentido, são modificados. Não se trata de duas dinâmicas divergentes que operam de forma paralela, uma ao lado a outra, porém da interpenetração de duas dimensões distintas constituintes de uma mesma unidade.

A passagem abaixo destrincha a importância do fator subjetivo sem subjugar o fator objetivo:

A consequência histórica necessária dela é que o desenvolvimento econômico pode até criar condições objetivamente revolucionárias, mas ele de modo algum produz simultaneamente em conexão obrigatória com elas o fator subjetivo fática e praticamente decisivo. As circunstâncias histórico-sociais concretas precisam ser investigadas concretamente em cada caso singular. De modo universalmente ontológico, elas estão baseadas, em última análise, no caráter alternativo de toda resolução humana, cujo pressuposto necessário é que os mesmos acontecimentos sociais influem diferentemente sobre os diferentes estratos e, em seu âmbito, sobre os diferentes indivíduos (LUKÁCS, 2013, p.524).

Duas conclusões importantes são extraídas dessas elaborações: a primeira ressalta o fato de que, do ponto de vista político, não existe situação sem saída, mas tal determinação aponta também para o fato da impossibilidade de existir uma resposta ou solução a essa situação que seja mecanicamente favorável. Por isso é necessário insistir com Lukács:

As grandes transformações históricas jamais constituem, portanto, decorrências apenas mecanicamente necessárias do desenvolvimento das forças produtivas, de seu efeito

diruptivo sobre as relações de produção e, através dessa mediação, sobre toda a sociedade (LUKÁCS, 2013, p.524).

A segunda conclusão, tão importante quanto a primeira, consiste na “grande lição histórico-mundial das revoluções”, segundo a qual “o ser social não se modifica, mas é reiteradamente modificado”. Nesse sentido, “o desenvolvimento econômico pode até criar condições objetivamente revolucionárias, mas ele de modo algum produz simultaneamente em conexão obrigatória com elas o fator subjetivo fática e praticamente decisivo” (LUKÁCS, 2013, p.524).

Merece destaque o inexorável embasamento das respostas e resoluções construídas pelos indivíduos nos aspectos objetivos da realidade social. É essa mesma objetividade social que cria as condições para o desenvolvimento de subjetividades efetivamente transformadoras da realidade. Pense-se no caso da possibilidade de superação da formação capitalista na qual o desenvolvimento econômico, a ampliação das capacidades produtivas humanas, a criação cada vez mais ampliada de forças produtivas aparece como pressuposto imprescindível para a edificação de uma sociabilidade pós-capitalista. Mediante tais condições, torna-se possível estabelecer as bases efetivas para as respostas e resoluções capazes de realizar a transformação social necessária para a emancipação humana, para o pleno desenvolvimento dos indivíduos em conformidade com a generidade historicamente construída. Condição de possibilidade é dada pelas condições objetivas:

Só o desenvolvimento das forças produtivas pode colocar os homens diante de tais alternativas ideológicas. Aqui, porém, aparece de modo ainda mais nítido do que até então na história da humanidade a situação ontológica que repetidamente expusemos: é a necessidade do desenvolvimento econômico que cria um campo de ação de possibilidades para as decisões ideológicas dos homens (LUKÁCS, 2013, p.533).

No entanto, a determinação de reflexão entre o fator objetivo e o fator subjetivo dos processos sociais é explicitado de forma cabal e demonstrado de forma precisa na sequência:

O próprio processo econômico não determina mais se as respostas são dadas no sentido recém-indicado ou em sentido contrário, mas isso é consequência das decisões alternativas dos homens que são confrontados com elas por esse processo. Portanto, o fator subjetivo na história é, em última análise, mas só em última análise, produto do desenvolvimento econômico, pelo fato de as alternativas com que ele é confrontado serem produzidas por esse mesmo processo, mas ele atua, num sentido essencial, de modo relativamente livre dele, porque o seu sim ou o seu não estão vinculados com ele só em termos de possibilidades. Nisso está fundado o grande papel historicamente ativo do fator subjetivo (e, junto com este, da ideologia) (LUKÁCS, 2013, p.531).

Não há teleologia no desdobramento processual da realidade social, caracterização que ficaria evidente se e somente se aqui estivesse presente a afirmação dos processos de desenvolvimento como responsáveis por engendrar as modificações necessárias para a criação dos fatores subjetivos da revolução.

Retomamos aqui, após as devidas mediações, as afirmações anteriores que destacavam a gênese do fator subjetivo a partir das condições objetivas dos processos histórico-sociais. Fica evidente não se tratar de um determinismo

mecânico da esfera econômica. A própria possibilidade de assumir esses processos no plano da consciência já destaca o campo da liberdade das efetivações humanas, qual seja, atuando sobre os nexos objetivos de sua prática social poder dar orientações aos desdobramentos e acontecimentos históricos, obviamente, dentro do campo das possibilidades postas. Assim como no trabalho, onde o homem, agindo sobre aquilo que é independente de sua consciência, se torna capaz de produzir um mundo completamente novo em relação àquele oriundo dos processos espontâneos da natureza; no campo da ideologia, da política em particular, a ação da consciência pode mediante os nexos objetivos da sociabilidade dar rumos e orientações específicas, guiá-los e orientá-los em conformidade às finalidades estabelecidas. Para Lukács, a liberdade das ações humanas na condução do processo não é antagônica às determinações objetivas, mas por meio dessas determinações descobrem-se possibilidades para empreender a marca de suas decisões sobre os rumos da dinâmica social.

Por fim, não poderíamos deixar de tratar de um aspecto decisivo das determinações lukacsianas: a contraposição à ideia da universalidade da política no quadro dos atributos essenciais do homem. Todas as considerações que se seguem remontam à necessária crítica dos princípios mais gerais da filosofia política contemporânea ao autor.

O pensamento fetichizado da ciência oficial está sempre direcionado – de modo confesso ou encabuladamente tácito – para transformar a historicidade ontologicamente relevante dos comportamentos humano-sociais típicos numa “eternidade”, numa “perenização” do conteúdo, na qual a continuidade dinâmica do processo real se petrifica numa “substância”, em última análise, sempre idêntica. No polo oposto da mesma mentalidade, por exemplo no “historicismo” ao estilo de Ranke ou no atual estruturalismo, por seu turno, as etapas singulares petrificam-se fetichizadas numa singularidade estática sem gênese nem enfrentamentos geradores de mudanças, o que mostra a profunda aversão dos cientistas diferenciados em especialistas sujeitos a uma extrema divisão do trabalho a reconhecer como existentes os complexos dialeticamente contraditórios da realidade. Aqui é preciso romper com tais preconceitos, como se existisse alguma política que tenha preservado sem alterações desde o começo até agora os traços decisivos de sua essência ou como se a política fosse simplesmente um momento de cada estrutura concreta, cuja característica não poderia ser aplicada de maneira alguma a outras estruturas (LUKÁCS, 2013, p.510-511).

Contra a ideia da perenização da política encontramos a afirmação do caráter histórico da constituição de seus conteúdos e formas, pois, se a política constitui uma dimensão na qual se enfrenta os problemas concretos de dada efetividade histórico-social, ela não pode permanecer sempre a mesma. Na medida em que a base da reprodução social muda de maneira significativa, necessariamente os problemas e conflitos oriundos dessa base precisam ser respondidos e equacionados em conformidade às novas configurações assumidas. A continuidade na descontinuidade reporta-se de modo direito à historicidade das formas da política.

O conjunto das determinações expostas demarca de maneira clara a posição distinta que o tema da política assume no interior das reflexões lukacsianas. Não há uma consideração da política como dimensão autônoma do ser social, mas ela aparece em meio a um processo de recíproca determinação com os outros complexos da sociabilidade. Nessa medida a determinação da política não pode conter um caráter

universalizante, mas deve ser observado como critério decisivo a historicidade da práxis política. A crítica a essas tendências é diretamente explicitada pelo pensador magiar:

O pensamento fetichizado da ciência oficial está sempre direcionado – de modo confesso ou encabuladamente tácito – para transformar a historicidade ontologicamente relevante dos comportamentos humano-sociais típicos numa “eternidade”, numa “perenização” do conteúdo, na qual a continuidade dinâmica do processo real se petrifica numa “substância”, em última análise, sempre idêntica (LUKÁCS, 2013, p.510).

Desse modo,

é preciso romper com tais preconceitos, como se existisse alguma política que tenha preservado sem alterações desde o começo até agora os traços decisivos de sua essência ou como se a política fosse simplesmente um momento de cada estrutura concreta, cuja característica não poderia ser aplicada de maneira alguma a outras estruturas (LUKÁCS, 2013, p.511).

Coloca-se em face dessas considerações o problema do sentido em se falar da política em geral diante da forma mutável da sua existência histórico-social. O problema é analisado à luz da ideia marxiana da “abstração razoável”. Marx trata do problema em seus rascunhos de 57, *Grundrisse*, quando analisa o significado de se falar da produção em geral. Conforme o próprio Marx afirma, “não existe produção em geral”, mas por meio dessa abstração são sintetizados os traços mais gerais, são apreendidos aqueles elementos que se apresentam enquanto contínuos no processo concreto de seu evoluir histórico. Nesse sentido a generalização que se processa toma como referência a “continuidade do próprio processo real”. Trata-se acima de tudo de uma abstração, porém não sob a forma de uma construção aleatória do conceito, pelo contrário, essa abstração pressupõe a análise das formas particulares de sua realização. A abstração razoável “poupa e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição”. Na sequência o pensador alemão adverte para a necessidade de tomar a produção a partir das formas concretas de sua realização: “entretanto, esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações” (MARX, 2011, p.41). A efetiva análise da produção, em Marx, exige o trabalho da intensificação analítica, instante em que as diferenças específicas em relação a esse universal, a esse comum às várias formas, revelam a natureza concreta de seu desenvolvimento.

As considerações de Marx são oportunas na medida em que demonstram os possíveis erros de tomar tais abstrações dos traços comuns como princípios universais da própria produção:

Nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, mesmo sendo esse instrumento apenas a mão. Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna; quer dizer, quando deixo de fora justamente o específico, o que faz do “instrumento de produção”, do “trabalho acumulado”, capital (MARX, 2011, p.41).

O silogismo universalizante é prática comum dos economistas criticados por Marx,

“Carey, por exemplo”. Da afirmação “nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção”, chega-se à conclusão da perenidade da forma capital, pois, se o capital “é também instrumento de produção”, ele está presente em todo processo de produção. O particular, a forma específica da figura capital na sociedade capitalista é elevada à condição de universal, conferindo a todas as formações anteriores o caráter de formas pré-capitalistas cujo decurso é a explicitação cada vez mais clara e definitiva da sua essência universal: o capital. Do mesmo modo a política, em sua forma atual de realização na sociedade capitalista, é elevada ao patamar da forma universal de “o político”, da plena realização de sua essência (Hegel e grande parte da filosofia política contemporânea seriam exemplos claros desse procedimento).

Os resultados a que chega Lukács ao utilizar a análise marxiana da abstração razoável poderiam ser expressos por meio de uma paráfrase à importante determinação marxiana: “Se não há produção em geral, também não há igualmente produção universal”; Lukács diria: Se não há política em geral, também não há igualmente política universal.

O campo da política apresenta uma peculiaridade ainda mais fluida em relação à possibilidade da determinação da política sob a forma de uma abstração razoável:

O fato de o conflito a ser enfrentado e resolvido desenrolar-se no âmbito da unidade de essência e fenômeno, de a sua forma de solução inevitavelmente imediata ser a apreensão do próximo elo sempre concreto da corrente, mostra claramente que o traçado dos limites de uma política “em geral” é muito mais restrito do que o da produção em geral. Onde se disseram coisas profundas e geniais sobre a política, como em Maquiavel, o que foi dito possui um caráter essencialmente concreto, a generalidade tem um cunho mais de parábola que de abstração (LUKÁCS, 2013, p.512-513).

A política em seu sentido geral é uma abstração razoável, e neste caso em particular de natureza muito mais sutil e limitada do que no caso da dita abstração “produção em geral”. Seu caráter tênue, mais diretamente ancorado nas condições históricas e sociais de dados contextos, ou seja, na totalidade formada pelo par categorial inexorável essência-fenômeno, torna essa dimensão da práxis mais mutável tanto em intensidade como em profundidade. Por esse motivo,

é impossível expor detalhadamente as diferenças qualitativas daí resultantes na estrutura e dinâmica da práxis política – para isso seria necessário escrever uma história universal economicamente fundamentada –; só o que se pode fazer aqui é mostrar com o auxílio de alguns exemplos marcantes que a extensão, o conteúdo, o caráter, a tendência etc. dessas diferenças qualitativas sempre foram e são determinados de modo diverso pelo que Marx chamou de a estrutura econômica de uma sociedade (LUKÁCS, 2013, p.513).

A remissão a passagens da obra marxiana permite a Lukács demonstrar as mudanças significativas do conteúdo da política e ao mesmo tempo apontar para a continuidade na descontinuidade: apesar de históricas, essas mudanças mantêm intacto seu traço abstrato mais geral, isto é, o movimento ideal de resolução das questões oriundas da base econômica. Porém, isso é apenas uma abstração razoável. A verdadeira determinação da práxis política subentende a investigação das formas concretas de sua realização do decurso histórico do desenvolvimento da humanidade.

Essas determinações dão o curso necessário das posteriores elaborações de Lukács, ou seja, indicam a necessária consideração de algumas das formas históricas da

realização da práxis política. Quanto à Idade Média, as considerações demarcam a natureza peculiar da politicidade erguida sobre os pilares dessa formação social específica: “o conteúdo material do Estado é posto por intermédio de sua forma; cada esfera privada tem um caráter político ou é uma esfera política”; mais à frente, “na Idade Média, a constituição política é a constituição da propriedade privada, mas somente porque a constituição da propriedade privada é a constituição política”; ou ainda, em termos comparativos com o Estado Moderno, “a Idade Média é o dualismo real, a modernidade é o dualismo abstrato” (MARX, 1975, p.437). Os traços demarcatórios da especificidade medieval que contrastam com as mudanças da práxis política advindas com a Revolução Francesa são estabelecidos por meio de uma remissão direta a outra obra de Marx, *Sobre a questão judaica*. Lukács transcreve diretamente a passagem:

A revolução política que derrubou esse poder do soberano e alçou os assuntos de Estado à condição de assuntos de toda a nação, que constituiu o Estado político como assunto universal, isto é, como Estado real, desmantelou forçosamente o conjunto dos estamentos, corporações, guildas, privilégios, que eram outras tantas expressões da separação entre o povo e seu sistema comunitário. Desse modo, a revolução política *superou o caráter* político da sociedade burguesa. Ela decompôs a sociedade burguesa em seus componentes mais simples, ou seja, nos indivíduos, por um lado, e, por outro, nos elementos *materiais e espirituais* que compõem o teor vital, a situação burguesa desses indivíduos (MARX, 2010, p.52).

Citar essa contraposição permite demonstrar como a mudança socioeconômica, a transformação radical de uma formação social em outra, conduz a dimensão política a conteúdos completamente inusitados, ainda que, em um plano mais geral, mantenha inalterados seus princípios, qual seja, a orientação para o enfrentamento e resolução de conflitos oriundos da base material da sociedade. Após referir-se diretamente aos textos de Marx, o autor comenta:

Citamos essa contraposição para mostrar que a mudança estrutural de cunho socioeconômico da sociedade de uma formação para a outra não só confere novos conteúdos à política, permanecendo inalterados os princípios. Mudanças da estrutura como as que aí se tornam visíveis resultam em constelações totalmente novas para a práxis que se estendem do tipo social do político e seus seguidores até cada objetivo concreto da ação e o método usado para alcançá-lo (LUKÁCS, 2013, p.514).

A dinâmica de transformações ocorridas nos conteúdos da política não se reduz à grandes modificações características das revoluções sociais, ou seja, à passagem de formações socioeconômicas para outras, mas também a modificações no interior das mesmas bases sociais de dadas formações. Embora mais restritas e localizadas, por isso mesmo de mais difícil identificação, essas demarcam o caráter móvel do campo da política, porém não de uma mobilidade aleatória, simplesmente pragmática, mas como reflexo da prática efetiva voltada de maneira direta à resolução de conflitos concretos formados essencialmente pela base material da reprodução da vida da sociedade.

Assim, a transformação da estrutura feudal muitas vezes começa, de acordo com a sua forma exterior, como luta no interior do feudalismo, valendo-se de meios preponderantemente feudais, e atinge sua figura genuína só em estágios posteriores; assim, a separação e autonomização capitalista da sociedade burguesa se manifestam

primeiramente como realização do *laissez faire*, para posteriormente moldarem um forte intervencionismo estatal – pense-se no *New Deal* –, que, todavia, nada mais tem em comum com modos anteriores de vinculação entre Estado e sociedade etc. (LUKÁCS, 2013, p.515).

Lukács conclui:

Também no caso de tais mudanças qualquer tentativa de sistematização formalista induz a erro. A única maneira de compreender as modificações é de modo concretamente ontológico-social, enquanto momentos determinados do grande processo, cujo conteúdo é formado pelo afastamento da barreira natural, pela crescente socialização da sociedade etc. (LUKÁCS, 2013, p.515).

O peso das obras de Marx nos argumentos trabalhados por Lukács a respeito da historicidade da política é decisivo. *Grundrisse* e *Sobre a questão judaica* são as obras que desempenham papel crucial na construção de suas demonstrações. Desenvolver aqui todas as consequências extraídas por Lukács sairia completamente dos propósitos desse artigo. Cumpre aqui tão somente chamar a atenção para duas caracterizações por meio das quais são demonstradas especificidades da política na sociabilidade do capital.

Na antiguidade clássica observa-se, mediante a desagregação socioeconômica após períodos de grande prosperidade social (Grécia antiga, como exemplo), a tendência de uma práxis política cujo fundamento apoia-se em um “estar-voltado-para-trás”, ou seja, “toda a reforma que se leva a sério direciona-se tanto instintiva como conscientemente para a restauração do estado ótimo do passado” (LUKÁCS, 2013, p.517). Por contraste, após a descrição da caracterização da base material dessas sociedades, a peculiaridade da sociabilidade do capital é ressaltada por Lukács a partir das determinações de Marx presentes nos *Grundrisse*:

O capitalismo é a primeira formação econômica, cujo processo de reprodução não possui um vínculo desse tipo com coisas passadas, no qual – pela primeira vez na história – os fins postos pelos pores teleológicos que perfazem a práxis política, segundo o seu teor político, não podem ser direcionados para a restauração de algo passado, mas devem ser direcionados para a instauração de algo futuro (LUKÁCS, 2013, p.517).

*Sobre questão judaica*, texto dirigido contra as postulações do livro *A questão judaica* de Bruno Bauer, ilustra outro aspecto importante das formas da política na contemporaneidade: a separação *citoyen* (cidadão em francês) e homem privado. Enquanto na feudalidade “a sociedade burguesa possuía um caráter político imediato” na medida em que “a posse ou a família ou o modo do trabalho, foram elevados à condição de elementos da vida estatal nas formas da suserania, do estamento e da corporação” (MARX, 2010, p.52), a nova constituição estrutural da consciência produzida pela economia do capitalismo cinde o indivíduo em *homme* e *citoyen*, em que “o homem real só chega a ser reconhecido na forma do indivíduo egoísta, o homem verdadeiro, só na forma do *citoyen* abstrato” (MARX, 2010, p.52). Enfim, na sociabilidade do capital, a política ergue-se sob a condição peculiar do indivíduo no qual eles figuram como abstratamente iguais perante a lei e efetivamente desiguais em sua vida concreta.

Por fim, cumpre encerrar dando voz ao próprio autor. Em um texto escrito por

Lukács no mesmo período em que trabalhava em sua *Ontologia*, intitulado *O processo de democratização*, as diferenças do pensamento da politicidade em Marx aparecem contrastando de forma direta a tradição filosófica.

As teorias políticas influenciadas ideologicamente pela ciência natural, pelo menos em suas manifestações imediatas, acostumaram-se desde sempre a considerar como realidades as formas estatais, as forças e as tendências sociais que se apresentam sob formas lógico-gnosiológicas de caráter universal. Essas orientações metodológicas conseguem facilmente se converter em hábitos espontâneos, na medida em que se supõe que elas sejam referendadas por venerandas tradições. Aristóteles e Rousseau, por exemplo, parecem favorecer tal concepção do nosso problema – a democracia como forma ideal adequada – precisamente por tratá-la nestes termos universais (LUKÁCS, 2008, p.83-84).

Em Marx o procedimento investigativo assume outras feições:

Para a teoria e para a práxis, o conhecimento da legalidade particular deste ser-precisamente-assim é tão importante quanto o das determinações e legalidades universais. Além do mais, para a práxis, que só pode se realizar precisamente no *hic et nunc* concreto de uma situação histórico-social, a compreensão adequada do ser-precisamente-assim possui até mesmo uma ineludível prioridade. Os manipuladores e os fetichistas das necessidades universais abstratas erram quando julgam poder se valer de Marx (LUKÁCS, 2008, p.84).

O resgate das principais determinações de Marx em torno da política, contra todo o edifício das teorias marxistas que mais obscureceram suas reflexões do que contribuíram para aclará-las, junta-se à tarefa inadiável da redescoberta do pensamento marxiano. Conforme observa Nicolas Tertulian, um dos mais importantes comentadores de Lukács, a *Ontologia* propõe realizar a reconsideração das principais determinações das categorias da ontologia clássica, intenciona reexaminá-las “à luz da experiência teórica do marxismo” (TERTULIAN, 1980, p.89-90), visando “restituir ao marxismo a dignidade de uma filosofia de grande classe”. As considerações lukacsianas em torno da política têm, portanto, essa tarefa fundamental, de resgate à autenticidade do pensamento de Marx diante dos descaminhos dos teóricos marxistas do século XX. Obviamente suas considerações partem dos princípios fundamentais das reflexões marxianas, assumindo desdobramentos próprios na medida em que aprofunda suas reflexões sobre a condição da práxis política de seu tempo.

O exposto neste artigo de modo algum abarca todo o conjunto das considerações de Lukács em torno da política. Restringimo-nos aos aspectos mais relevantes de suas determinações, sem considerar, por exemplo, todo o desdobramento realizado no último capítulo de sua obra, onde o problema da práxis política característica da atualidade é desenvolvido. Considerações importantes sobre o capitalismo manipulatório e as formas necessárias para suplantar os atuais conflitos e estranhamentos advindos dessa forma da sociabilidade são apresentadas como apontamentos dos caminhos a serem adotados por uma posição política revolucionária. O tema do fator subjetivo, como elemento decisivo para a revolução socialista, recebe profunda análise do pensador húngaro. Restaria ainda acompanhar as análises de realidade realizadas por Lukács não apenas na fase tardia de sua vida (por exemplo, o importante estudo *O processo de democratização*), como diversos

outros artigos e livros redigidos ao longo de sua multifacética carreira intelectual. A análise meticulosa da determinação da política em Lukács é uma tarefa ainda não realizada. Este artigo pretende contribuir tracejando os aspectos mais importantes presentes em sua *Ontologia*. Resta ainda um longo caminho pela frente.

## REFERÊNCIAS

- CHASIN, José. Ad Hominem - rota e prospectiva de um projeto marxista. **Revista Ad Hominem**, São Paulo, tomo III, Política, 2000.
- FORTES, Ronaldo Vielmi. **As novas Vias da Ontologia em György Lukács**: as bases ontológicas do conhecimento. Saardbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang. **Gespräche mit Georg Lukács**. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt Verlag GmgH, 1967.
- LUKÁCS, György. **Der Junge Hegel**: über die Beziehungen von Dialektik und Ökonomie. Berlin: Luchterhand, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Gelebtes Denken**: eine Autobiographie im Dialog. Frankfurt am Main: Ausgabe Suhkamp Verlag, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins**. Band 13/14. Berlin: Luchterhand, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Die Eigenart des Ästhetischen**. Berlin/Weimar: Aufbau-Verl., 1987.
- \_\_\_\_\_. **Versuche zu einer Ethik**. Budapest: Akadémiai Kiadó/Lukács Archivum és Könyvtár, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Socialismo e democratização**: escritos políticos 1956-1971. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, Karl. **Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie**. Berlin: Dietz Verlag, 1953.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie**. Berlin: Dietz Verlag, 1975. (MEGA, v.I/1)
- \_\_\_\_\_. Die deutsche Ideologie. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Berlin: Dietz Verlag, 1978. (v.3).
- \_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- TERTULIAN, Nicolas. Teleologia e causalità nell'ontologia de G. Lukács. **Crítica Marxista**, Editori Riuniti, Roma, n.5, set. 1980.
- \_\_\_\_\_. Lukács e o Stalinismo. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. **Verinotio – Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, n.7, nov. 2007. Disponível em: <<http://verinotio.org/conteudo/0.65943372031621.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. Le concept d'idéologie dans l'ontologie. **Actuel Marx**, Presses Universitaires de France, Paris, n.44/2, 2008.

VAISMAN, Ester. **A determinação marxiana da ideologia**.1996. 253f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

\_\_\_\_\_. A ideologia e sua determinação ontológica. **Revista Ensaio**, São Paulo, n.17/18, 1989.

**Data da submissão:** 14/10/2014

**Data da aprovação:** 24/02/2015

